

## ARTIGOS

### RESISTIR AO “FUTURE-SE”: A AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA AMEAÇADA

---

*Resisting Government Program “Future-se”: The University Autonomy in Danger*

DOI: 10.14393/LL63-v36n1-2020-1

Fábio Gaio\*

Kátia Menezes de Sousa\*\*

---

RESUMO: O presente artigo propõe uma reflexão acerca do Programa “Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras”, chamado pelo Ministério da Educação de “Future-se”. Nossa proposta é refletir, com base nos estudos foucaultianos do discurso, acerca das relações de poder e de resistência, considerando a necessidade de se pensar o poder de forma capilarizada, compreendendo que a resistência produz estratégias, o que nos leva a analisar as resistências, para conhecer o poder. Nesse sentido, analisamos as condições de emergência da proposta “Future-se”, levando em conta que ela emerge numa rede enunciativa em que, conectada a outros discursos que constroem a soberania do modo empresarial de gerir as instituições e a vida cotidiana, integra um dispositivo de saber e de poder para o controle da população.

PALAVRAS-CHAVE: Universidade. Poder. Resistência. Future-se. Discurso.

ABSTRACT: This article proposes a reflection on the Brazilian Ministry of Education’s program “Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras” (Entrepreneurial and Innovative Institutes and Universities) known as “Future-se”. Based on the Foucauldian studies of discourse, our proposal is to reflect upon the power and resistance relationships, considering the need to take a capillary approach to power to understand that resistance produces strategies, which leads us to analyze resistances as a means to understand power. We analyze circumstances underlying the proposal of program “Future-se”, taking into account that it has emerged in an utterance network in which, connected to other discourses that set the sovereignty of the entrepreneurial way of managing institutions and daily lives, it integrates a knowledge and power device aimed to control people.

KEYWORDS: University. Power. Resistance. Future-se. Discourse.

---

---

\* Doutorando em Estudos Linguísticos no Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás. ORCID: 0000-0002-6050-8936. Fabiogaio(AT)yahoo.com.br

\*\* Doutora em estudos Linguísticos e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista/Araraquara, professora do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás e professora Visitante do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia. ORCID: 0000-0003-3391-2594. Km-sousa(AT)uol.com.br

## 1 Introdução

O Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras, chamado pelo Governo Federal de “Future-se”, foi lançado oficialmente em 17 de julho de 2019. Tão logo anunciado, o Future-se motivou a criação de grupos de trabalho em diferentes universidades e institutos federais, responsáveis por analisar, com seus pares, a proposta. Da mesma forma, instituições representativas de diferentes segmentos, de reitores a estudantes, têm discutido o projeto. Para ser de fato implementado, o Future-se precisa se tornar um Projeto de Lei, que será submetido à apreciação e votação pelos parlamentares, para posterior sanção presidencial. Não sabemos ao certo, nesse momento, se o Future-se, de fato, se tornará uma lei ou se o projeto apresentado pelo MEC poderá ser, em algum momento do processo, modificado ou mesmo cancelado. O fato é que estamos tratando aqui de um projeto bastante peculiar, pois se volta para as universidades e os institutos federais, entidades que possuem, em sua missão, a responsabilidade pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão. Instituições historicamente responsáveis não apenas por uma formação profissional, mas que se configuram e se inserem na sociedade enquanto espaços de críticas, de debates, de propostas e, sobretudo, de diversidade, de pluralidade, de autonomia.

A universidade pública, desde o seu surgimento, funcionou como uma saída democrática para que o pensamento alternativo, novo e crítico pudesse derrubar os muros das instituições confessionais que monopolizavam os conhecimentos, não permitindo a liberdade necessária para que estes pudessem ser refeitos, ampliados ou modificados. As universidades são instituições que trazem, em sua história e em sua gestão, o zelo pelo cumprimento de regras fundamentais do estado democrático de direito estabelecidas na Constituição Federal, logo, pressupondo a existência de canais de diálogo essenciais à democracia. Contudo, o século XXI parece ter trazido o desejo da redução de práticas democratizantes, e a universidade corre o risco de se tornar um instrumento antidemocrático. O Future-se do Governo Federal merece, assim, um estudo atento para que os seus objetivos de empreendedorismo e inovação não sirvam como instrumento de ampliação da desigualdade social e de exclusão dos mais pobres.

O Future-se é apresentado pelo ministro da Educação Abraham Weintraub como “um programa para dar mais liberdade para as universidades e institutos poderem fazer o trabalho bem feito” (MEC, 16/07/19). Por outro lado, para o presidente da Associação Nacional dos

Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e reitor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), João Carlos Salles Pires da Silva, o programa é, na realidade, “um pegar-ou-largar imposto pelo ministro da Educação” (ANDIFES, 02/08/19). Mas em que consiste esse trabalho das universidades e institutos federais, o que se presume ser a liberdade ou a falta dela para que esse trabalho ocorra e, ainda, em que medida esse trabalho não é bem feito e poderá ser bem feito com a implementação do Future-se? Tendo em vista a complexidade do universo acadêmico e suas singularidades, o projeto, de fato, estabelece uma possibilidade ou ao contrário, embora apresentado enquanto possibilidade, pode se tornar opção única? São questões a serem levantadas, não no sentido de uma busca por respostas, mas no sentido de propor a problematização de algumas questões, que para nós encontram eco no pensamento de Michel Foucault, a fim de analisarmos as práticas de poder e de resistência, que se configuram em um projeto polêmico, em que as universidades e institutos federais se tornam empreendedores de si mesmos, em vista de um ainda incerto futuro.

Não é nosso propósito buscar refletir sobre os possíveis aspectos legais da proposta, nem tampouco pretendemos nos debruçar sobre questões administrativas de cunho mais técnico e nem pretendemos esmiuçar a dinâmica de funcionamento das universidades e dos institutos federais. Embora estas sejam questões importantes, nossa reflexão parte do pressuposto de que “o poder é alguma coisa que opera através do discurso, já que o próprio discurso é um elemento em um dispositivo estratégico de relações de poder” (FOUCAULT, 2015, p. 247). Com isso, pensamos nas práticas discursivas e não discursivas, nas relações de poder, nas maneiras como esse poder opera e faz operar não meramente um projeto de gestão, mas algo que se configura e que opera nos micropoderes, pela gestão da vida da população e não apenas a gestão de instituições. Fundamentalmente, o objetivo não é buscar saber o que é o poder, mas sim como ele funciona e mais ainda, como produz práticas e como é resultado de resistências, ou seja, de estratégias.

## 2 A universidade pública

Apresentamos nesta seção dados oficiais do ensino superior no Brasil, bem como determinados aspectos históricos, que nos ajudam a compreender o Future-se. O Censo da Educação Superior de 2017, promovido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio

Teixeira (Inep), divulgado em 2018, mostrou que as instituições privadas de ensino superior representam 87,9% do total de instituições de ensino superior. As instituições públicas, por sua vez, são 12,1%, e deste percentual, 4,5% são federais (INEP, 03/10/18). Ainda conforme o Censo, no Brasil existem 63 universidades federais e 40 Institutos e Centros Federais de Educação Tecnológica. Quanto ao perfil docente, o típico professor da rede pública possui doutorado e trabalha em regime de dedicação exclusiva, enquanto na universidade privada a formação mais frequente é o mestrado, com tempo parcial de trabalho. Outro levantamento, intitulado *Pesquisa no Brasil*, realizado pela empresa norte-americana *Clarivate Analytics* a pedido da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), mostrou que a pesquisa científica brasileira é feita quase exclusivamente em universidades públicas. Das 50 instituições que mais publicaram trabalhos científicos entre 2014 e 2018, 36 são federais, 7 estaduais e apenas 1 particular. Outras 5 instituições são institutos de pesquisa vinculados ao governo federal (JORNAL DA USP, 05/04/19).

Em outra ponta, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), por meio da pesquisa *Um olhar sobre a educação*, divulgada em 2018, mostrou que o valor investido com estudantes no ensino superior é três vezes superior ao gasto no ensino fundamental e médio. Segundo a OCDE, enquanto o valor gasto por aluno no ensino superior no Brasil é de 11.700 dólares, no ensino fundamental e médio esse valor é de 3.800 dólares (BBC BRASIL, 12/09/17). É importante ressaltar, no entanto, que determinar o custo de um aluno no Brasil é, sem dúvida, algo complexo. Existem diferentes realidades educacionais, em um país com diferenças regionais gigantescas, marcado, ainda, por desigualdades, sobretudo econômicas e sociais. Além disso, a organização dos níveis de educação no Brasil é complexa e abrange investimentos das três esferas de governo, municipal, estadual e federal. Os níveis fundamental, médio e superior, possuem características e complexidade de funcionamento e gestão próprios.

As universidades e institutos federais, a quem se destina o Future-se, são instituições, conforme o artigo 207 da Constituição Federal que “gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1998). A proposta da universidade pública, diferentemente de boa parte das universidades privadas, não é apenas

formar mão de obra especializada. Conforme os dados mencionados, as universidades públicas se constituem, em sua grande maioria, em centros de pesquisa e inovação. São instituições complexas, em sua concepção, em sua existência e em seu funcionamento, que prestam uma gama de serviços à sociedade, por exemplo, por meio de hospitais, centros culturais, atividades de extensão, eventos. “Por não estar limitada pelas injunções do mercado é que a universidade pública pode cumprir o seu papel histórico e social de produção e disseminação do conhecimento” (SILVA, 2001, p. 299). Espaço de convívio com a diversidade de pensamentos, local privilegiado para o estímulo ao debate e para a proposição de alternativas, instância de diálogos e duelos, é assim que se constrói uma universidade pública.

Ao longo de sua existência, experimentaram e continuam experimentando momentos de tensão, caracterizados por ataques a sua autonomia, a seu caráter plural, a seu papel e importância enquanto instituições públicas e patrimônio da sociedade. Na década de 90, no governo de Fernando Henrique Cardoso, houve uma forte orientação das políticas públicas para o que se chamou de Reforma do Estado. Conforme Martins (2000, p. 57), a educação superior experimentou uma significativa expansão, entretanto, capitaneada pelas instituições privadas, enquanto a expansão das universidades públicas registrou relativa estagnação. Segundo Martins (2000, p. 49), no período compreendido entre 1980 a 1998, as matrículas em universidades particulares apresentaram um crescimento de 208 por cento, ao passo que, no mesmo período, o aumento das matrículas em universidades públicas foi de 25 por cento. Na esteira da Reforma do Estado, essa expansão do ensino privado se deve à adoção de políticas neoliberais, fortemente marcadas pela privatização de instituições públicas, que objetivava a consequente diminuição do tamanho do Estado e a implantação do modelo gerencial. O período foi marcado por uma estratégia de gestão empreendedora, que se assemelhava à iniciativa privada e, desta forma, os recursos aplicados na educação eram tidos muito mais como gastos e não como investimentos.

A década seguinte, na gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, também foi marcada pela expansão do ensino superior privado, havendo, no entanto, a criação de novas universidades públicas e a interiorização do ensino, com a criação de novos *campi* em diferentes cidades. O Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído por decreto federal em 2007, pautou suas ações, sobretudo, no aumento de vagas oferecidas em

cursos de graduação e pós-graduação, na expansão da estrutura física e no combate à evasão. A criação do programa Universidade Para Todos (Prouni), por sua vez, possuía como foco a concessão de bolsas de estudo para estudantes de graduação em universidades particulares. Nesta modalidade, o governo federal paga as mensalidades de estudantes previamente selecionados pelo programa, que estudam em universidades privadas. Em 2005, primeiro ano do programa, foram concedidas 112.275 bolsas. Em 2018, esse número foi de 417.276 bolsas, conforme dados do Ministério da Educação (MEC), disponibilizados na página do Prouni.

Outro ponto importante foi a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a partir de um reordenamento da rede federal de educação tecnológica, que teve como base as escolas agrotécnicas federais e os centros federais de educação tecnológica. Os institutos, criados em 2008, atuam, sobretudo no ensino médio, técnico e tecnológico, entretanto, oferecem também cursos de graduação, de bacharelado e de licenciatura, além de mestrados e doutorados. A expansão da rede federal, por sua vez, trouxe enormes desafios e atualmente as universidades e institutos federais vivem as dificuldades da consolidação, sobretudo no que se refere ao custeio das instituições que tiveram substanciais cortes de recursos que foram iniciados em 2015 e que prosseguiram em anos posteriores. Isto evidencia, conforme Chaves e Amaral (2015, p. 113), que “a configuração existente para sua população em idade educacional e a sua riqueza não permite elevar substancial e abruptamente o volume de recursos financeiros para essa área social”, o que leva a um estrangulamento do ensino superior público e consequente favorecimento de um modelo privatista.

Os governos que se seguiram, de Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Bolsonaro, foram ou estão sendo marcados, sobretudo, pelo corte de recursos para as universidades e institutos federais. “Nos últimos cinco anos, os cortes nos orçamentos do setor ultrapassaram R\$ 25 bilhões” (ESTADO DE MINAS, 16/05/19). A situação torna-se ainda mais preocupante em 2019, ano que marca o início do mandato do presidente Jair Bolsonaro. Segundo o jornal *Folha de S. Paulo* (02/09/19), o orçamento total do MEC em 2019 é de 122 bilhões de reais, enquanto para 2020, a proposta orçamentária prevê redução, com investimentos de 101 bilhões de reais. Ainda segundo o jornal, o maior corte deverá ocorrer na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que deverá ter em 2020 um orçamento de R\$ 2,20 bilhões, contra R\$ 4,25 bilhões em 2019. As grandes universidades serão as que mais sentirão a redução

de recursos, como é o caso da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que terá em 2020 um orçamento de R\$ 2,5 bilhões, contra R\$ 3,3 bilhões em 2019. Além disso, a política educacional de Bolsonaro é fortemente pautada pelo que tem sido chamado de combate à “ideologia de gênero” e ao “marxismo cultural”, conforme evidenciado no discurso de posse do primeiro ministro da Educação de Bolsonaro, Ricardo Vélez Rodríguez, ao dizer que “A ideologia globalista passou a destruir um a um os valores que regem o país, família, igreja, Estado, pátria e escola [...] Bolsonaro prestou atenção à voz de pais e mães reprimidos pela retórica marxista” (UOL, 02/01/19). Em abril de 2019, com a saída de Vélez, assume Abraham Weintraub, com perfil e gestão também marcados pelo combate ao “marxismo cultural” e à “ideologia de gênero”, ao afirmar em seu discurso de posse que “se o Brasil tem uma filosofia de educação tão boa, Paulo Freire é uma unanimidade... Porque a gente tem resultados tão ruins comparativamente a outros países?” (FOLHA DE S. PAULO, 09/04/19). Além disso, Weintraub possui um histórico profissional de atuação em grandes bancos. Embora seja professor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) desde 2014, não possui experiência em gestão pública educacional.

É neste cenário de corte de recursos para a educação, sobretudo, no tocante às verbas de custeio e nas bolsas de pesquisa, de implementação de uma política educacional neoliberal, que se diz liberal na economia e conservadora nos costumes, que o Future-se é anunciado. A autonomia das universidades públicas se vê ameaçada, com a adoção de critérios baseados em juízo de valor para anúncio do corte de verbas para universidades que promovam “BALBURDIA”, conforme destacado pelo jornal *Estadão* (30/04/19), atitude depois revista pelo ministro, que determinou corte linear para todas as instituições. Outra ameaça diz respeito à intervenção governamental na nomeação de reitores de universidades. Conforme o portal *G1* (31/08/19), de 12 universidades com processo de nomeação de novos reitores, em 5 delas foi nomeado o segundo ou o terceiro colocado em processo de consulta eleitoral à comunidade universitária, que elabora uma lista tríplice, baseada em consulta às categorias de docentes, técnico-administrativos e estudantes. Em uma universidade, uma reitora temporária, fora da lista foi indicada. Os dados que aqui apresentamos e o breve panorama histórico das universidades nos servem de elementos para pensarmos as condições de emergência do Future-se, compreendendo a emergência enquanto “entrada em cena das forças; é sua irrupção, o salto

pelo qual elas passam dos bastidores ao palco, cada uma com o vigor e jovialidade que lhe é própria” (FOUCAULT, 2015, p. 282), em que se busca pensar as relações de poder, compreendendo o poder não enquanto bom ou ruim, mas enquanto existência, enquanto práticas. Antes, porém, vejamos como se configura o Future-se, enquanto projeto, destacando seus principais eixos de atuação que, para o Ministério da Educação, têm o propósito de dotar as universidades de autonomia, sobretudo financeira e de gestão.

### 3 Future-se

O programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras, chamado pelo Ministério da Educação de Future-se, “tem por finalidade o fortalecimento da autonomia administrativa, financeira e de gestão das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), por meio de parceria com organizações sociais e fomento à captação de recursos próprios” (G1, 17/07/19). A proposta apresentada pelo MEC esteve aberta para consulta pública até o dia 29 de agosto de 2019. Durante este período, foi possível, mediante cadastro prévio, responder a um questionário de perguntas sobre o projeto. Com as contribuições, o ministério pretende redigir uma versão final do projeto de lei, que deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional para votação e, caso aprovado, sancionado pelo presidente da República. Segundo a proposta, o Future-se se divide em três eixos: governança, gestão e empreendedorismo; pesquisa e inovação; internacionalização. A adesão ao programa, segundo a proposta, não é obrigatória, porém, ao aderir, a universidade ou instituto federal se compromete a

- i. Utilizar a organização social contratada para o suporte à execução de atividades relacionadas aos eixos de gestão, governança e empreendedorismo; pesquisa e inovação; e internacionalização;
- ii. Adotar as diretrizes de governança que serão futuramente definidas pelo Ministério da Educação;
- iii. Adotar programa de integridade, mapeamento e gestão de riscos corporativos, controle interno e auditoria externa (G1, 17/07/19).

Destacamos aqui a presença de Organizações Sociais (OSs) no âmbito das instituições na execução de atividades relacionadas a quaisquer um dos eixos de atuação do programa e a incerteza quanto ao que é chamado de “diretrizes de governança”, que não ficam claras no documento e que serão definidas em outro momento. Ainda segundo a íntegra do projeto,



disponibilizado no *G1*, o Future-se será operacionalizado por meio de contratos de gestão, celebrados entre a instituição de ensino e uma organização social. Novos editais de chamamento para a qualificação de OSs poderão ser desnecessários, uma vez que organizações, que já atuam no governo federal, poderão atuar também nas universidades e institutos.

De modo específico, ao tratar da atuação das OSs, o projeto elenca ao menos 5 pontos, conforme o *G1* (17/10/19). As organizações deverão

- i. Apoiar a execução das atividades vinculadas aos 3 eixos do programa;
- ii. Apoiar a execução de planos de ensino, pesquisa e extensão das Ifes;
- iii. Realizar o processo de gestão dos recursos relativos a investimentos em empreendedorismo, pesquisa, desenvolvimento e inovação;
- iv. Auxiliar na gestão patrimonial dos imóveis das Ifes participantes; e
- v. Exercer outras atividades inerentes às suas finalidades.

Portanto, as áreas de atuação das OSs são extremamente amplas e envolvem não apenas o ensino, a pesquisa e a extensão, mas também a gestão de recursos e do patrimônio, com a possibilidade de execução de atividades não elencadas inicialmente no projeto. No que tange ao fomento dessas organizações poderá haver “repasso de recursos orçamentários e permissão de uso de bens públicos” (*G1*, 17/10/19). O projeto cita, inclusive, que “o Ministério da Educação poderá doar, condicionalmente, bens imobiliários para as Organizações Sociais participantes do Future-se” (*G1*, 17/10/19). Outro ponto importante é a criação de fundos de investimentos. Com isso, os recursos da união para as universidades e institutos passam a ser suplementares, ou seja, deixam de ser a principal fonte de financiamento das instituições ou até poderá deixar de existir, uma vez que “o Ministério da Educação poderá destinar recursos para unidades que tenham reduzido potencial de captação de recursos, como forma de ação supletiva” (*G1*, 17/10/19).

No tocante aos eixos do Future-se, no que se refere à governança, item que juntamente com o empreendedorismo e a gestão, compõem o primeiro eixo, as instituições e as OSs deverão adotar “processos de administração dos recursos e a capacidade de planejar, formular e implementar políticas, visando à melhoria da gestão, à sustentabilidade do desenvolvimento e ao melhor manejo dos recursos” (*G1*, 17/10/19). Este ponto trata da implementação de algumas práticas já corriqueiras em boa parte ou mesmo em todas as instituições de ensino, como a instalação e funcionamento de ouvidorias e a modernização da gestão, especialmente

com o uso de recursos eletrônicos e digitais. Quanto ao empreendedorismo e à gestão, destacamos a “atração, implantação e a consolidação de ambientes promotores de inovação, com foco no estabelecimento de parceria com o setor industrial”, além da incorporação da necessidade, por parte das universidades e institutos federais de “promover suas marcas e produtos” e “fomentar a arrecadação de receitas próprias” (G1, 17/10/19).

O segundo eixo, denominado “pesquisa, desenvolvimento e inovação”, enumera pontos de atuação das OSs bastante focados no desenvolvimento de soluções para o setor privado, pautados na “interação com o setor empresarial, no intuito de contribuir com a capacidade inovadora do setor e atender às demandas do setor empresarial por inovação” (G1, 17/10/19). No tocante ao terceiro eixo, a “internacionalização” se pautará, basicamente, na oferta de cursos de idiomas, intercâmbio entre universidades e ofertas de bolsas. O projeto trata ainda da criação de um fundo, com receitas provenientes, sobretudo, da “prestação de serviços compreendidos no objeto das IFES”, “comercialização de bens e produtos com a marca das instituições apoiadas”, “alienações de bens e direitos” e “aplicações financeiras” dentre outros pontos que devem compor a remuneração do Fundo.

Uma vez elencados alguns pontos da proposta de implantação do Future-se, bem como aspectos referentes ao funcionamento e à importância das universidades públicas, olhamos para aquilo que circulou, olhamos para as relações de poder, com a compreensão de que não há um poder centralizador. Poder e resistência são produtivos e para conhecer o poder, buscamos olhar para as resistências, que são inerentes às relações de poder. Com isso, não buscamos, apoiados no pensamento de Foucault, tentar compreender o poder centrado em uma instituição, em um ministério ou em uma universidade, que ocorre de cima para baixo, mas sim de maneira microfísica, relacional, por meio de uma analítica do poder, preocupada em saber como poder e resistência funcionam.

#### **4 Resistir ao Future-se**

O Future-se, como já dissemos, é um projeto bastante polêmico, que lança suas bases em aspectos financeiros e de gestão administrativa das universidades. Para alcançar os resultados esperados, o governo introduz na dinâmica de funcionamento das instituições um novo elemento, até então ausente, que são as organizações sociais. Estas OSs seriam, de certa

forma, a presença mais efetiva, mais próxima, mais vigilante do Estado, uma vez que estas seriam escolhidas pelo governo, ao passo em que reitores são escolhidos por meio de consulta à comunidade universitária, embora a acolhida ou não do nome resultante da consulta fique a cargo do presidente da República, que pode ou não referendar o nome escolhido. Estas OSs teriam intensa atuação na gestão e na dinâmica de funcionamento das universidades e institutos federais. Desta forma, “vigiar se torna então uma função definida, mas deve fazer parte integrante do processo de produção” (FOUCAULT, 2017c, p. 171). Na reflexão acerca das grandes oficinas e das fábricas, no tipo de vigilância nelas organizada, que se estende para escolas, hospitais, Foucault chama a atenção ao fato de que “um pessoal especializado se torna indispensável, constantemente presente, e distinto dos operários” (FOUCAULT, 2017c, p. 171), que, neste caso, nos lembra a inserção e a presença das OSs, enquanto presença ativa, distinta dos segmentos que compõem a universidade, alguém “de fora”, devidamente escolhido e que estaria não apenas atento, mas que atuaria em questões cotidianas ou não.

As OSs integram, nesse sentido, um dispositivo disciplinar que circunscreve um espaço no qual os mecanismos de seu poder irão funcionar plenamente e sem limites, mas integra, também, um dispositivo de segurança que organiza seus elementos de forma que eles se desenvolvam e ocupem contornos cada vez mais amplos, o que constitui um princípio geral do liberalismo (FOUCAULT, 2008a). Em *Segurança, território, população*, Foucault (2008a) caracteriza os dois dispositivos, demonstrando que, enquanto a disciplina codifica as ações dos homens em obrigatório e proibido, a segurança apreende o ponto em que as ações vão se produzir, sendo estas desejáveis ou não, pois sua função é “responder a uma realidade de maneira que essa resposta anule essa realidade a que ela responde” (FOUCAULT, 2008a, p. 61). O ideal da fábrica é substituído pelo da empresa dentro do escopo da política neoliberal. Foucault (2008b), em *Nascimento da biopolítica*, esclarece que a arte neoliberal de governo, de normalizar e disciplinar a sociedade, busca, no mercado, o seu princípio regulador da sociedade, que é submetida aos mecanismos de concorrência, tratada como uma sociedade empresarial, em que o homem, mais do que consumidor, “é o homem da empresa e da produção” (FOUCAULT, 2008b, p. 201). Trata-se de uma arte que busca constituir uma trama social em que as unidades de base possuam a forma da empresa, que impõe “a multiplicação da forma ‘empresa’ no interior do corpo social” [...], que faz “do mercado, da concorrência e,

por conseguinte, da empresa o que poderíamos chamar de poder enformador da sociedade” (FOUCAULT, 2008b, p. 203).

As OSs, instituídas na forma da lei em 1998, no âmbito de um projeto neoliberal chamado Reforma do Estado, que teve seu percurso a partir do lançamento do Plano Diretor da Reforma do Estado, publicado em 1995 por Bresser Pereira, ministro do extinto Ministério da Administração Pública e Reforma do Estado (MARE), estão aptas a atuar, conforme a Lei 9.637/98, em atividades que “sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde” (BRASIL, 1998). As condições que, para o Ministério da Educação, validam a atuação de OSs em universidades e institutos federais, estão atreladas aos aspectos administrativos, financeiros e de gestão, são questões consideradas problemáticas ao governo, por representarem gastos. Ocorre, assim, como na outrora Reforma do Estado, um esforço em dizer que é necessário reduzir o tamanho do Estado e que as universidades, responsáveis, como já vimos, por praticamente toda a pesquisa brasileira, são onerosas demais e rendem poucos resultados, sobretudo econômicos, o que compara e entende a universidade com uma empresa. Inclusive, na proposta de criação do Future-se, está previsto a criação de um Fundo de Investimento com a participação da OS, o que poderá reduzir drasticamente o repasse de verbas para as instituições, uma vez que os recursos viriam, como descrito na proposta, da prestação de serviços, comercialização de bens, alienação de bens e aplicações financeiras.

O ambiente acadêmico é espaço de circulação de poderes e de saberes. Compreendemos que o poder não está concentrado em um reitor ou em um ministro, por exemplo. De modo bastante produtivo, o poder circula, capilariza, relaciona, no ambiente acadêmico, discursos e sujeitos por meio de práticas. Assim, conforme Foucault (2017b, p. 274), “dispomos da afirmação que o poder não se dá, não se troca, nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação” e, ainda, para Foucault (2017a, p. 105) “é nesse campo das correlações de força que se deve tentar analisar os mecanismos de poder”. Temos, no ambiente acadêmico, relações de poder estáveis e móveis, equações de poder, que ocorrem de forma dinâmica. É neste ambiente complexo, de lutas, de debates, é para estas instituições, universidades e institutos federais, que o Future-se surge como solução inovadora, o que nos remete à noção de dispositivo.

Conforme Foucault (2017b, p. 364), o dispositivo é a rede que se estabelece entre elementos, formada por leis, enunciados, instituições, pelo dito e não dito. A função principal do dispositivo é responder a uma urgência, sendo, neste sentido estratégico. Se a universidade, em seu funcionamento, em sua autonomia, em seu papel, não traz o benefício que o governo ou parte da sociedade desejam ou se a universidade incomoda e perturba o governo por sua postura crítica e de respeito à heterogeneidade, a alternativa é a transformação em uma empresa. Talvez, a empresa seja a fórmula antidemocratizante para as universidades públicas, apresentada de forma dissimulada e velada, como parte de um dispositivo empresarial de controle da instituição universitária, no qual as práticas discursivas e não discursivas acabarão por afastar gradativamente a ideia de universidade como um centro de reflexão livre, de ação intelectual no sentido amplo, de acesso democrático da população aos bens e serviços.

Sabemos, com Foucault (2017b, p. 104), que “onde há poder há resistência”. Em sua analítica do poder, ao pensar as condições históricas de emergência, o filósofo trata de técnicas de poder. Ao discorrer em *Vigiar e Punir* acerca do poder, parte de um poder soberano, poder de vida e de morte, marcado pelo suplício, um espetáculo de dor, sofrimento e administração do medo, para o poder disciplinar, que não destrói o sujeito, mas que recupera e investe na produção de corpos úteis e dóceis. Ao problematizar essa economia do poder que se desloca do punir para o vigiar, podemos pensar na atualidade em um exercício do poder pelo jogo da visibilidade, que se difunde pela sociedade de forma sutil para, assim, termos nas cidades um corpo coletivo disciplinarizado. Uma OS não estaria em uma universidade possivelmente e apenas para “contribuir” com a gestão e a autonomia universitária, mas poderia ser também uma desindividualização do exercício de poder, pois, ao aderir a forma-empresa, por meio do contrato com uma OS, a vigilância se exerce por si mesma, os próprios sujeitos exercem uns sobre os outros a vigilância, cobrando de si e de seus pares, ao passo em que são cobrados também, resultados que atestem a viabilidade, sobretudo econômica, da universidade e daquilo que ela produz enquanto conhecimento e tecnologia.

A pergunta que as universidades e institutos federais fazem, atualmente, é como resistir ao Future-se? Esta é uma pergunta que neste momento suscita outras perguntas e que talvez fique, ainda, muito mais no campo das perguntas do que das potenciais respostas, que se encontram em construção. No entanto, podemos ver em Foucault, regras de prudência para

a construção de uma resistência que se dá nas relações de poder. Assembleias, reuniões, deliberações têm ocorrido em universidades e institutos federais, no sentido de debater, esclarecer e optar pela não adesão ao programa Future-se. Não se sabe ao certo o poder de atuação que estas OSs teriam dentro da estrutura das instituições, que poderiam de forma paralela ou mesmo tomando a dianteira, exercer a administração e gestão administrativa, econômica e até mesmo pedagógica, uma vez que as duas primeiras exercem influência direta na relação de ensino, pesquisa e extensão. Especialistas têm destacado, por meio da imprensa, pontos considerados críticos e preocupantes acerca do Future-se. Como dito pelo presidente do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (Confies), Fernando Peregrino, “A OS é uma ameaça real à autonomia. O contrato de gestão é o gatilho dessa ameaça” (AGÊNCIA SENADO, 17/09/19).

A resistência ocorre em relação a alguma coisa e será ativada por um exercício de poder; a resistência não existe como força autônoma e a cada ação, ocorre uma reação igual e contrária. As maneiras de resistir são diversas, não há uma forma específica. Uma das possíveis formas encontradas para a resistência, em um momento de apresentação do Future-se, está justamente no debate, em analisar e discutir um programa que, em sua proposta inicial, não ouviu reitores, sendo a estes apenas apresentado o projeto. Não se trata apenas de não aderir ou denunciar os pontos problemáticos, mas de reafirmar, enquanto exercício de resistência, para a sociedade, que a universidade é pública e que pode haver alternativas viáveis, que não o Future-se. Resistir ao Future-se, na universidade, é um ato de conhecimento, de olhar para dentro de si e permitir que este olhar se resvale pela sociedade, em um gesto de reflexão, de atenção, que permite ou que desencadeie novas e efetivas formas de resistência. Observamos “pontos de resistência móveis e transitórios, que introduzem na sociedade clivagens que se deslocam, rompem unidades e suscitam reagrupamentos” (FOUCAULT, 2017c, p. 105). Neste sentido, um projeto da Universidade Federal da Bahia (UFBA) chamado “Universidade na Praça” busca justamente mostrar, nesse jogo de reafirmar e resistir, que a universidade pertence à sociedade, que é preciso “abrir o diálogo com a sociedade sobre a importância da produção do conhecimento, em suas diferentes modalidades, na vida cotidiana” (UFBA EM PAUTA, 29/08/19). Aliás, Foucault (2008a, p. 98), em sua análise sobre a governamentalidade, nos leva à constatação de que o problema político moderno aparece ligado à população como

“um conjunto de elementos que apresentam uma superfície de contato para transformações autoritárias, mas refletidas e calculadas”; população “considerada do ponto de vista das suas opiniões, das suas maneiras de fazer, dos seus comportamentos, dos seus hábitos, dos seus temores, dos seus preconceitos, das suas exigências, é aquilo sobre o que se age por meio da educação, das campanhas, dos convencimentos”. Nesse sentido e coerente à ideia da microfísica do poder, Foucault (2008a) vai falar de uma trama específica de resistência que tem por adversário um poder voltado para a tarefa de conduzir os homens em sua vida, em sua existência cotidiana. Essa resistência, assim, pode ser eficiente se tomar como estratégia as formas da contraconduta, numa luta contra os procedimentos postos em prática para conduzir os outros. Uma luta, portanto, que ataca cada procedimento desse governo das condutas.

Pensar as resistências, para Foucault (2014, p. 121), “trata-se de analisar as relações do poder por meio do enfrentamento das estratégias”. A proposta do ministro, juntamente com suas declarações ofensivas às universidades, constitui uma forma de poder, um tipo de estratégia que atua no cotidiano, em que se busca, por meio de um tipo de discurso estritamente econômico, promover uma espécie de desmonte da educação superior, no sentido de afirmar que os recursos são escassos e, por isso, não se torna atrativo investir em universidades e institutos federais. Lembramos aqui o que foi dito pelo ministro da educação, Weintraub, que afirmou, como já dissemos, que iria “cortar recursos de universidades que não apresentarem desempenho acadêmico esperado e, ao mesmo tempo, estiverem promovendo ‘balbúrdia’ em seus câmpus” (ESTADÃO, 30/03/19). Algo extremamente danoso e perigoso, quando critérios subjetivos são utilizados como forma de distribuição do orçamento.

Em um exercício que propõe desnaturalizar o olhar, “não se trata de negar a importância das instituições na administração das relações de poder, mas de sugerir que se devem, antes, analisar as instituições a partir das relações de poder, e não o inverso” (FOUCAULT, 2014, p. 135). Com isso, não é resistir ao Estado ou ao capital e não é organizar movimentos e revoluções que tenham como alvo o Estado ou o capital. Nesse campo de correlações de força, o poder econômico busca instituir a forma-empresa nas universidades e na própria sociedade, ao passo em que as instituições, em um exercício de resistência, buscam mostrar um tipo de extorsão da verdade realizado com as instituições e com a própria sociedade, que busca atribuir às universidades e institutos federais uma culpa que, em grande

parte ou mesmo totalmente, não lhes cabe, de serem instituições onerosas, propriedades de partidos políticos e sem retorno social. Isto estaria no cerne da proposta do Future-se, em um momento em que recursos para as instituições são bloqueados, em que se busca colocar a população contra servidores e estudantes, buscando, assim, obter perante a sociedade o respaldo necessário para a plena implementação do projeto. Nesse sentido, devemos considerar que temos “uma sociedade indexada na forma da empresa” [...], “não na mercadoria e na uniformidade da mercadoria, mas na multiplicidade e na diferenciação das empresas” (FOUCAULT, 2008b, p. 204). Logo, a universidade precisa romper com as práticas de concorrência e competição que lhe são impostas pelo governo e pelos elementos que constituem a própria instituição. Em um exercício de visibilidade, ao pensar os jogos de poder na análise das estratégias, se “objetiva pôr à vista mecanismos de poder, para, então, desmontá-los. Isso diz respeito também à análise de dispositivos: expor seus jogos, estratégias e linhas, visando seu desmonte” (PRADO FILHO, 2017, p. 323). Esse é o momento de pensar as estratégias de lutas, um agenciamento que vise à organização da resistência, um agenciamento que busca não apenas denunciar, resistir, mas, também criar, propor, buscar alternativas que não apenas qualifiquem o debate, mas que sejam alternativas, possibilidades de fuga e de contraconduta.

## 5 Considerações Finais

Inserida no dispositivo empresarial, que atende à ordem de controle da população, a apresentação de um projeto polêmico, como é o Future-se, sinaliza que é momento de se debruçar, enquanto sujeitos e instituições diretamente afetados por suas estratégias, no estudo e na análise da proposta. Mais do que isso, o momento é de, nas relações de poder e correlações de força, compreender que “o principal objetivo destas lutas é atacar, não tanto ‘tal ou tal’ instituição de poder ou grupo ou elite ou classe, mas, antes, uma técnica, uma forma de poder” (FOUCAULT, 2014, p. 123). Em um momento de agenciamento, de construção das contracondutas, não nos cabe esgotar o tema ou trazer aqui aquilo que seria uma proposta alternativa ao Future-se. O que nos cabe é pensar que este é um momento de resistência em que podemos refletir com Foucault, as estratégias de luta, no sentido de buscar não o que fazer, mas sim o que desfazer. É uma luta que não leva em conta a verticalidade, mas a



horizontalidade do poder. São lutas caóticas e, para Foucault, (2014, p. 138) “não há relação de poder sem resistência, sem escapatória ou fuga, sem reviravolta eventual; toda relação de poder implica, pois, pelo menos de maneira virtual, uma estratégia de luta”. São lutas que não são necessariamente burocratizadas, mas que se organizam a partir da resistência, na forma da invenção de outras técnicas, práticas e estratégias que possam anular ou transformar os efeitos dos discursos do poder.

A multiplicação da forma empresa no interior da sociedade nos alerta para o fato, demonstrado por Foucault (2008b), de que a simples denúncia de uma sociedade uniformizadora, de massa, de consumo, de espetáculo, não atinge o objetivo atual da política governamental. É preciso que se ataquem os mecanismos de concorrência. A resistência ocupa lugar central nas lutas transversais, que, conforme Prado Filho (2017, p. 323), “escapam à racionalidade, às articulações, modos de organização e operação das lutas políticas verticais, contra o Estado e o Capital, mobilizando-se em torno de temas e problemas diversos – questões concretas atuais – agenciando e articulando práticas de resistência”. A luta pela universidade pública democrática exige, assim, um rompimento com a unidade, para que os elementos configuradores de uma democracia possam, de fato, constituir pontos de resistência móveis e transitórios e contracondutas que anulem os efeitos das estratégias políticas de desmonte das condições que fazem a universidade democrática: a pluralidade de pensamentos e conhecimentos; a educação laica, gratuita e inclusiva; o respeito à diversidade; a liberdade e a igualdade no direito aos diálogos e às decisões; a autonomia no processo de construção dos conhecimentos e na gestão; a ampliação da qualidade de vida da população; o acesso igualitário da população aos bens e serviços; as práticas políticas de desconstrução de preconceitos e privilégios etc.

## Referências

ANDIFES. **Universidades devem ser resguardadas como patrimônio da sociedade, diz novo presidente da Andifes**. 02 ago. 2019. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/universidades-devem-ser-resguardadas-como-patrimonio-da-sociedade-diz-novo-presidente-da-andifes/>. Acesso em: 18 ago. 2019.

BBC BRASIL. Educação: **Brasil está entre os que menos gastam com ensino primário, mas tem investimento europeu em universidade, diz OCDE**. 12 set. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41236052>. Acesso em: 25 ago. 2019.

BRASIL. Lei nº 9.637 de 15 de maio de 1998. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 maio 1998. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9637.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9637.htm). Acesso em: 18 set. 2019.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; AMARAL, Nelson Cardoso. A educação superior no Brasil: os desafios da expansão e do financiamento e comparações com outros países. *In*: CHAVES, Vera Lúcia Jacob; AMARAL, Nelson Cardoso. **Revista Educação em questão**. v. 51 n. 37 p. 95-120, jan./abr. 2015. DOI: <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2015v51n37ID7173>.

ESTADÃO. **MEC cortará verba de universidade por balbúrdia e já enquadra UnB, UFF e UFBA**. 30 abr. 2019. Disponível em: [https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,mec-cortara-verba-de-universidade-por-balburdia-e-ja-mira-unb-uff-e-ufba,70002809579?fbclid=IwAR2muVgNM\\_zEhxGm9JHrLDiPzkAvGu38B6Ilda2rkQjciGolcR\\_GmGfZjVg](https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,mec-cortara-verba-de-universidade-por-balburdia-e-ja-mira-unb-uff-e-ufba,70002809579?fbclid=IwAR2muVgNM_zEhxGm9JHrLDiPzkAvGu38B6Ilda2rkQjciGolcR_GmGfZjVg). Acesso em: 11 set. 2019.

ESTADO DE MINAS. **Governos de Dilma e Temer também cortaram verbas da educação**. 16 mai. 2019. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/05/15/interna\\_politica,1054070/governos-de-dilma-e-temer-tambem-cortaram-verbas-da-educacao.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/05/15/interna_politica,1054070/governos-de-dilma-e-temer-tambem-cortaram-verbas-da-educacao.shtml). Acesso em: 10 set. 2019.

FOLHA DE S. PAULO. **Novo ministro da educação diz que vai acalmar ânimos e ressalta ser gestor**. 09 abr. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/04/novo-ministro-da-educacao-diz-que-vai-acalmar-animos-e-ressalta-ser-gestor.shtml>. Acesso em: 05 set. 2019.

FOLHA DE S. PAULO. **Orçamento de Bolsonaro para 2020 tira metade dos recursos do MEC para pesquisa**. 02 set. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/09/orcamento-de-bolsonaro-para-2020-tira-metade-dos-recursos-do-mec-para-pesquisa.shtml>. Acesso em: 10 set. 2019.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos II**: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos IV**: estratégia poder-saber. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos IX**: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 6. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017a.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 6. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017b.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 42 ed. Petrópolis: Vozes, 2017c.

G1. **Future-se: leia a íntegra da proposta do MEC sobre mudança na gestão de universidades federais**. 17 set. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/07/17/future-se-leia-a-integra-da-proposta-do-mec-sobre-mudancas-na-gestao-das-universidades-federais.ghtml>. Acesso em: 07 ago. 2019.

G1. **Governo interveio em 6 de 12 nomeações de reitores de universidades federais até agosto**. 31 ago. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/08/31/governo-intervio-em-6-de-12-nomeacoes-de-reitores-de-universidades-federais-ate-agosto.ghtml>. Acesso em: 10 set. 2019.

INEP. **Dados do Censo da Educação Superior**. 03 out. 2018. Disponível em: [http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset\\_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/dados-do-censo-da-educacao-superior-as-universidades-brasileiras-representam-8-da-rede-mas-concentram-53-das-matriculas/21206](http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/dados-do-censo-da-educacao-superior-as-universidades-brasileiras-representam-8-da-rede-mas-concentram-53-das-matriculas/21206). Acesso em: 18 ago. 2019.

JORNAL DA USP. **Fábricas de conhecimento**. 05 abr. 2019. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/fabricas-de-conhecimento/>. Acesso em: 25 ago. 2019.

MARTINS, Carlos Benedito. O ensino superior brasileiro nos anos 90. *In*: MARTINS, Carlos Benedito **São Paulo e perspectiva**. v. 14 n. 1. 2000. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392000000100006>. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n1/9801.pdf>. Acesso em: 02 set. 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **MEC apresenta programa de inovação no ensino superior para reitores de universidades**. 16 jul. 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=78201>. Acesso em: 18 ago. 2019.

PRADO FILHO, Kleber. A genealogia como método histórico de análise de práticas e relações de poder. *In*: PRADO FILHO, Kleber. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 51, n. 2, p. 311-327, jul./dez. 2017. DOI: <https://doi.org/10.5007/2178-4582.2017v51n2p311>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/2178-4582.2017v51n2p311/35699>. Acesso em: 21 set. 2019.

PROUNI. **Representações gráficas**. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/dados-e-estatisticas/10-representacoes-graficas>. Acesso em: 02 set. 2019.

SENADO NOTÍCIAS. **Programa Future-se preocupa reitores quanto à autonomia das universidades**. 17 set. 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/09/17/programa-future-se-preocupa-reitores-quanto-a-autonomia-das-universidades>. Acesso em: 21 set. 2019.

SILVA, Franklin Leopoldo. Reflexões sobre o conceito e a função da universidade pública. *In*: SILVA, Franklin Leopoldo. **Estudos Avançados**. v. 15 n. 42. p. 295-304. 2001. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000200015>. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9807/11379> Acesso em: 26 ago. 2019.

UOL. **Novo ministro critica marxismo cultural nas escolas: faz mal à saúde.** 02 jan. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/01/02/ministro-da-educacao-cita-deus-e-critica-marxismo-cultural-nas-escolas.htm>. Acesso em: 05 set. 2019.

Recebido em: 23.10.2019

Aprovado em: 29.01.2020